

Sistema de saúde não saiu do papel

VALTENO RIBEIRO

Não é objeto de minha intenção discutir, hoje, os possíveis erros de implementação de uma política de saúde tão consensual quanto é, em tese, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — Suds. Nem sei se é totalmente apropriado falar em sucedâneo do Suds quando quero fazer referência ao Suds, mas, certamente, isto implica em chamar à baila uma decisão constitucional da maior importância e que trará profundas mudanças para o Setor Saúde do País.

Já se sabe que a abstração que a sigla propõe só poderá ser substituída por ações efetivas e práticas que se sucedam, se interliguem, se complementem e configurem um mosaico inovador, capaz de bem considerar o todo e atingir a especificidade do particular, se sairmos desta postura contemplativa, ilusória, romântica de que as coisas acontecem por toques de mágica, na euforia dos momentos de ufianismo exacerbado ou pelo simples fato de que as nomeamos de forma chamativa.

Quanto tempo levaremos para concretizar isto? Se tivermos juízo e grande disposição para o trabalho organizado, alguns anos, vários anos. E preciso fazê-lo com cuidado, construir com as mãos, no dia-a-dia, de forma criteriosa e, quando necessário, à maneira de Drummond, aprender a amar, amando. Caso contrário, estaremos condenados a passar mais algum tempo na obscuridade e, possivelmente, alguém mais esperto reinventará uma nova sigla, cuja finalidade exclusiva seja a de substituir a atual e perpetuar um faz-de-conta interminável e irresponsável.

Objetivamente, precisamos reorganizar o sistema prestador de serviços de saúde, que isto não foi conseguido com o PIASS, nem com o Prev-Saúde, nem com as AIS e, recentemente, nem com o Suds, que de causas diferentes pereceram ou perdem, mas nos deixaram lições definitivas, que só os espíritos mais tacanhos são capazes de negar.

Chamado oficialmente de inefficiente, na verdade o sistema prestador de serviços não passa de um pequeno monstro de várias cabeças e múltiplas bocas, que pensa incessantemente sobre a melhor maneira de devorar recursos e mais recursos, com fome insaciável, para am-

pliar a área de abrangência de seus pseudópodes. Esta ação continua, como sabemos, tem uma deliberada intenção de manter a coerência do seu caos interno, e não pode resistir ao menor esforço de análise de como é insensato e, sobretudo, de como não serve para atender populações que tentam, à revelia das adversidades, organizar-se em sociedade.

Postos e Centros de Saúde literalmente fechados ou funcionando em precárias condições; Hospitais de pequeno, médio e grande portes em crises continuadas, insolúveis; insuficiente mão-de-obra qualificada; obsoletismo de equipamentos; inexistência de políticas de recursos humanos que permitam vislumbrar uma ação conclusiva; destruição de recursos financeiros por iniciativas irresponsáveis, quando não objeto da insensatez de administradores inescrupulosos, e uma série imensa de outras constatações igualmente graves e do domínio dos que militam no Setor ou, principalmente, daqueles que dele necessitam para preservar ou recuperar a saúde que perde-

ram — os usuários do sistema. Este é o quadro geral para o país. E, como pano de fundo de toda esta desgraça, as inconciliáveis ações dos setores público e privado, nos seus atuais estatígos e como historicamente se firmaram neste país. Além, claro, como dizia o saudoso sacerdote Carlos Gentile, do câncer da saúde, a dupla militância dos seus profissionais — sobre isso gostarei de voltar a escrever em oportunidade específica.

Como organizar é coisa de princípio, de fundamento, pensar sobre suas justificativas é ato dispensável. Organizar para muita coisa, inclusive para que se constitua uma base sobre a qual se assentem ações de complexidade variável que, em última análise, no caso do Setor Saúde, tem o objetivo de preservar, recuperar e restaurar a saúde das pessoas e da coletividade.

Um dado objetivo é o de que, primordialmente, não podemos deixar de levar em consideração a existência dos setores público e privado envolvidos na iniciativa, até que um dia, even-

tualmente, se mudem as opções políticas do país e um dos dois desapareça sem deixar vestígio ou memória. Então, o trabalho dos dirigentes deve estar voltado para a harmonização das redes, a partir dos seus aspectos físicos até os aspectos políticos e operacionais de maior relevância. Tem-se que se conseguir a conjugação de esforços administrativos e técnicos, à utilização social das disponibilidades materiais, a redução dos custos operacionais, de modo a que sejam suportáveis pela sociedade, a articulação nos campos da formação de recursos humanos e da pesquisa científica, entre coisas imediatas. E mesmo correndo o risco de simplificação ou reducionismo inconvenientes, que às vezes um artigo como este impõe, não vejo como se adotar uma atitude verdadeiramente harmonizada, em substituição à teoria do avestruz ou a do Gérson, mais em moda, sem que se abram discussões permanentes sobre como fazê-lo, resguardada a obrigação de que ambos os setores deixem do lado de fora da sala suas expectativas antropofágicas, de predominio insensato e estúpido.

Há, no Brasil, hoje 538 mil leitos hospitalares, dos quais 411 mil são privados (na verdade eles funcionam, na sua maioria, pagos pelo poder público), e dos mais de 6.300 hospitais, 5.200 mais ou menos, são privados. Em compensação, o INAMPS, em 1985, realizou, sózinho, 240 milhões de consultas médicas ambulatoriais. Como desconhecer tal situação se ela é periodicamenteposta a público pelo IBGE?

Assim parece fora de dúvida que temos de retomar, com seriedade e disciplina, o esforço de viabilizar a verdadeira articulação tão esperada para o Setor. Parece-me, também, que a instância interinstitucional já existente, a CIPLAN, deva coordenar pelo lado público, a iniciativa e, acima de tudo, chamar para si a responsabilidade de buscar seus interlocutores.

Mas que desta vez prevaleçam o equilíbrio, a sensatez, o compromisso social, o interesse coletivo — e se abandonem a arrogância e a ganância excessivas de ambos os lados.

Caso contrário, corremos o risco de morrer na praia, como tem sido até agora. Na obscuridade.

Valteno Ribeiro é médico e secretário de Saúde do Distrito Federal

Roriz radiografa saúde

A partir de segunda-feira, o sistema de saúde do Distrito Federal vai passar pela mais completa bateria de exames de sua história. Até sexta, dia 02, o governador Joaquim Roriz passará em revista hospitais e centros de saúde, conversará com especialistas e tomará conhecimento de todas as deficiências do sistema de atendimento médico da capital. E a "Semana do Esforço Concentrado" na área de saúde. O governador e o Secretário de Saúde, Valteno Ribeiro, passarão seis dias voltados unicamente para o diagnóstico de uma das áreas mais críticas enfrentadas pelo Governo. Os problemas da habitação e da educação receberão tratamento idêntico nas próximas semanas.

Entre os pontos que o secretário de Saúde pretende debater com o governador durante a semana estão também o plano de carreira, a questão da isonomia salarial, que Valteno quer implantar e a regionalização e interiorização do profissional de saúde na periferia, para evitar que o profissional que mora no Plano Piloto trabalhe nas cidades satélites e vice-versa. Serão

discutidos, ainda, aspectos relacionados com a aquisição de material para suprir deficiências da rede pública hospitalar, o estabelecimento do tempo integral nas satélites para os profissionais, a adoção de uma nova política de recursos humanos, incentivando a categoria a "vestir a camisa da instituição" e a integração do programa de saúde do Distrito Federal ao Inamps, fortalecendo a implantação do Suds/DF.

Entende o Governo do Distrito Federal que está na hora de devolver à cidade um sistema de saúde que já foi modelo para todo o País e que, com o tempo, desgastou-se a ponto de se transformar em símbolo de inoperância e descaso, o que muito contribuiu para desgastar a imagem do profissional de saúde da cidade. O primeiro passo foi a determinação do reinício das obras do Hospital de Base e o fechamento do pronto-socorro, que será completado no final da semana. Com a "Semana do Esforço Concentrado", Roriz pretende tomar conhecimento de todos os problemas, "in loco", para que as soluções surjam com maior rapidez.